

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

O Globo

Título: Guardia: venda da Eletrobras é prioridade 2

O Estado de S. Paulo

Título: Decreto que inclui Eletrobrás no plano de desestatização sai hoje 4

Correio Braziliense

Título: Falta combinar 9

Título: Decreto para Eletrobrás 11

Valor Econômico

Título: Cessão onerosa e desestatização da Eletrobras são prioridades, diz ministro 12

Título: Moreira assume e publica decreto que põe estatal no programa de privatização 13

Título: Fórum pede ajustes no setor elétrico 14

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Guardia: venda da Eletrobras é prioridade 2

Título: Conteúdo local, a novela 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 4

Título: Decreto que inclui Eletrobrás no plano de desestatização sai hoje 4

Título: Petróleo fecha no maior nível desde 2014 5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 6

Título: Uma em dez contribuições extras da Petros estão suspensas pela Justiça 6

Título: Novo ministro da Fazenda pede gestão prudente a estatais 7

VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Falta combinar	9
Título: Guardia quer ajuste em limite para dívida	10
Título: Decreto para Eletrobrás.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Cessão onerosa e desestatização da Eletrobras são prioridades, diz ministro	12
Título: Moreira assume e publica decreto que põe estatal no programa de privatização	13
Título: Fórum pede ajustes no setor elétrico	14
Título: ANP aprova regras que flexibilizam política de conteúdo local para empresas petrolíferas	15
Título: Com preços em alta, arrecadação do setor com royalties sobe 23% no primeiro trimestre.....	16
Título: Mais uma aventura elétrica	17
Título: Petróleo sobe com tensão geopolítica	20
Título: Destaques	21
Título: Braskem renova conselho e tem reação de minoritário.....	22
Título: Ceron amplia inadimplência na CCEE	23
Título: Recuperação da indústria mineira impulsiona lucro da estatal Gasmig.....	24
Título: Cemig tem 3 projetos para usinas térmicas.....	26
Título: Rio Tinto defende sua política de remuneração dos executivos	26

VEÍCULO: O Globo
Seção: Economia
Autor: Bárbara Nascimento e Eliane Oliveira
Título: Guardia: venda da Eletrobras é prioridade

Novo ministro da Fazenda adota tom mais duro, mas quer diálogo com Congresso.

- Em seu primeiro dia à frente do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia adotou um tom mais duro do que o de seu antecessor, Henrique Meirelles, e deixou claro que a equipe econômica tem prioridades a serem cumpridas até o fim do ano. Um dos focos é acelerar a aprovação da privatização da Eletrobras

no Congresso. Ele rebateu a afirmação do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, de que o governo perde em articulação com a nomeação de **Moreira Franco** para o **Ministério de Minas e Energia**. E indicou que vai trabalhar para acelerar a tramitação do projeto:

— A perspectiva é que o projeto seja aprovado e implementado ainda em 2018. Se estamos com problema de articulação, cabe identificar o problema e melhorar. O ministro Moreira está absolutamente empenhado nesse projeto e vamos sentar com a Câmara, relator e membros da comissão para debater. Precisamos retomar o ritmo do projeto.

ANA PAULA ASSUME SECRETARIA

O ministro afirmou que o governo tem pressa em relação à Eletrobras para cumprir o cronograma de desestatização. Ontem, Moreira anunciou a publicação hoje de um decreto presidencial que inclui a estatal no Programa Nacional de Desestatização (PND), o que permite a contratação dos estudos técnicos para a privatização.

Guardia elencou outras pautas de interesse da equipe econômica no Congresso, como a autonomia do Banco Central e a lei de finanças públicas. Conhecido como "linha-dura" nas negociações com o Legislativo, o novo ministro escolheu para a secretaria executiva da Fazenda um nome de perfil parecido: Ana Paula Vescovi, que chefiava o Tesouro Nacional. O substituto dela não foi divulgado.

Após receber o cargo de Meirelles, o ministro defendeu ainda o aperfeiçoamento da regra de ouro, princípio constitucional pelo qual o governo não pode se endividar para pagar gastos correntes, como folha de pagamento. Para ele, é necessário criar uma convergência entre a norma e o teto para os gastos públicos. Guardia sinalizou que, assim como já ocorre com o teto, poderia ser estabelecido mecanismo de correção em caso de desenquadramento. Qualquer mudança constitucional relacionada à regra de ouro, no entanto, não poderá ser feita enquanto vigorar a intervenção federal no Rio.

O plano para 2019 é aprovar no Congresso um crédito suplementar para cobrir um desequilíbrio de cerca de R\$ 200 bilhões. Guardia informou, contudo, que a alternativa só será detalhada em agosto, prazo legal para envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Legislativo. Até lá, o governo pretende destravar fontes de arrecadação, como a renegociação do contrato da cessão onerosa do pré-sal com a Petrobras, de 2010, que pode render R\$ 100 bilhões à União.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Conteúdo local, a novela**

Tão velho quanto a Sé de Braga é o debate sobre o conteúdo nacional na indústria de petróleo, que, no caso da primeira plataforma de Libra, acabou nos tribunais. Após meses de diálogo com o pessoal do setor, a ANP publica hoje uma resolução que, segundo ela, destrava investimentos da ordem de US\$ 100 bilhões, dos quais 40% virão para o Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth / Brasília****Título: Decreto que inclui Eletrobrás no plano de desestatização sai hoje**

Essa é uma pré-condição para que governo leve adiante a privatização da estatal; projeto da venda está na Câmara.

O novo **ministro de Minas e Energia Moreira Franco**, disse que o governo deve publicar hoje o decreto que inclui a Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND). O decreto, que está pronto há meses, é uma pré-condição para a venda da companhia, cujo projeto de lei está em tramitação na Câmara.

Moreira Franco fez o anúncio durante a cerimônia de transmissão do cargo, no auditório do **Ministério de Minas e Energia**. Em seu discurso, ele reiterou que a privatização da estatal será sua prioridade na pasta. "A Eletrobrás não capitalizada é um retrato e uma manifestação de atraso. Os problemas se aprofundarão", disse o ministro, enfatizando que a companhia tem consumido dinheiro público e tem encarecido as contas de luz.

A privatização se dará por meio do aumento do capital social da empresa, que oferecerá novas ações na Bolsa e, com isso, a participação dos atuais acionistas será diluída. De acordo com a proposta, o aumento de capital social poderá ser acompanhado de uma oferta pública secundária de ações da União. Isso significa que o governo pode vender suas ações na empresa e o dinheiro arrecadado vai para os cofres públicos - e não para o caixa da empresa. Num esforço para combater as notícias de baixas na equipe do ministério após sua nomeação, Moreira Franco disse que a pasta será comandada "no espírito da continuidade".

Equipe. O ministro disse que os secretários de Energia Elétrica, Fábio Lopes, e de Mineração, Vicente Lôbo, vão permanecer na pasta. Lopes, porém, disse à reportagem que vai deixar o cargo para voltar a trabalhar na Chesf, empresa do grupo Eletrobrás. Lôbo já tinha dito a pessoas próximas que também deixaria o ministério após a saída de Coelho Filho.

O secretário executivo de Moreira Franco será Márcio Félix, que deixa a Secretaria de Petróleo e Gás do MME. Ele ocupa o posto que era de Paulo Pedrosa, que já anunciou sua exoneração. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, também saiu. Já o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Eduardo Azevedo, continua.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mateus Fagundes

Título: Petróleo fecha no maior nível desde 2014

Tensões geopolíticas pressionam cotações; no Brasil, dólar cai para R\$ 3,386 e Bolsa sobe.

O petróleo encerrou o pregão de ontem no maior valor em mais de três anos, impulsionado pela escalada das tensões no Oriente Médio. O salto só não foi maior por causa dos números de estoque e produção nos Estados Unidos, que vieram acima do projetado pelo mercado.

O barril do petróleo Brent, que é comercializado na bolsa de Londres, fechou em alta de 1,44% para junho, a US\$ 72,06. Já o preço do WTI, que é comercializado na Bolsa de Nova York, subiu 2%, para US\$ 66,82. Os preços são os mais altos desde dezembro de 2014.

Desde o início da semana, os investidores de petróleo têm ponderado os conflitos no Oriente Médio. E as reações dos operadores têm sido típicas de dias tensos, com até mesmo notícias não confirmadas alterando a dinâmica dos preços.

Nesta quarta-feira, por exemplo, a informação da rede de notícia estatal da Arábia Saudita Al Arabiya de que as forças de defesa interceptaram um míssil sobre a capital do país, Riad, causou apreensão sobre a retomada de protagonismo de um novo ator - o reino saudita - nos conflitos na região.

Ainda que a origem do suposto míssil não tenha sido confirmada, a cotação do petróleo disparou com essa notícia.

Além disso, os operadores citaram ainda as crescentes ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra a Síria, após um ataque químico contra rebeldes.

Mercado. No Brasil, a força do petróleo e a fala do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, levaram o dólar a recuar 0,72%, fechando a R\$ 3,3860, abaixo, portanto, do piso dos R\$ 3,40. Em entrevista à imprensa internacional, Ilan citou que o BC tem reservas internacionais, atualmente em US\$ 383 bilhões, e estoque de swaps, próximo de US\$ 24 bilhões para fazer frente à volatilidade, o que ajudou a acalmar o câmbio.

Já o principal indicador da Bolsa de São Paulo, o Ibovespa se descolou totalmente do mercado global. Puxado pela Petrobrás (alta de 2,31%), o indicador registrou uma alta de 0,87%, alcançando os 85.245,58 pontos.

Os mercados acionários americanos encerraram o pregão de ontem em baixa, à medida que os investidores monitoraram tensões geopolíticas e a ata da reunião de política monetária de março do Fed (o banco central dos Estados Unidos). O índice Dow Jones fechou em queda de 0,90%, o S&P 500 recuou 0,55%, e o Nasdaq cedeu 0,36%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Uma em dez contribuições extras da Petros estão suspensas pela Justiça

Mercado Aberto

A Petros, fundo de pensão da Petrobras, responde a 42 ações judiciais movidas por pensionistas contra seu plano de equacionamento, que determina que os contribuintes, mesmo aposentados, deverão desembolsar taxas extras.

Ao todo, 10% das contribuições dos aposentados e pensionistas do fundo estão suspensas por conta de liminares que interromperam o pagamento extraordinário.

Até agora, foram 18 decisões nesse sentido. Três delas já foram revertidas.

O plano do fundo, que prevê que aposentados paguem alíquotas entre 4,5% e 34,4%, foi anunciado pela Petros como forma de equilibrar o rombo acumulado entre 2013 e 2015, que já superava R\$ 27,7 bilhões em dezembro.

“Nessas situações de déficit, a patrocinadora [Petrobras] deveria sanar o problema. Isso chegou a ser feito em ocasiões anteriores”, diz Guilherme Domingues, advogado de um pensionista que conseguiu uma das liminares.

“As alíquotas são pesadas, podem chegar a 30% para alguns aposentados”.

“As leis que regem a previdência complementar dizem que o déficit deve ser compartilhado pelos pensionistas, mas é preciso analisar detalhadamente as razões do rombo”, diz Erica Gorga, pesquisadora da USP.

Problemas de gestão, fraude ou mesmo corrupção fogem ao controle dos contribuintes, e isso pode pesar nas decisões, segundo ela.

A Petros diz que recorre das liminares e que o equacionamento é feito para cumprir obrigações legais e “garantir a perenidade do plano”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maeli Prado Mariana Carneiro De Brasília

Título: Novo ministro da Fazenda pede gestão prudente a estatais

Discurso de Guardia pode ser lido como recado à Caixa, que tem empréstimos a estados represados, e ao BNDES

Secretária do Tesouro, Ana Vescovi é indicada para número 2 da pasta, num sinal de comando linha-dura no ministério

No momento em que o governo dá sinais de que deseja acelerar liberações de recursos de bancos públicos a estados e municípios, o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, recomendou prudência e boa gestão de risco às instituições estatais.

“Tenham uma política de crédito coerente com as normas do Banco Central, com as políticas de cada instituição financeira, cuidado e atenção com adequação de capital e absoluto compromisso com gestão de risco”, disse, ao ser questionado sobre o tema. “Esse é o pedido, que ajam com prudência, boa gestão de risco, transparência e profissionalismo.”

A afirmação pode ser lida como uma recomendação indireta à Caixa, que tem R\$ 20 bilhões em créditos para estados e municípios represados. E também para o BNDES, cujo S de social foi relacionado ao financiamento de ações de

segurança pública nos estados pelo presidente Michel Temer na segunda-feira (9).

A AGU (Advocacia-Geral da União) recomendou, em parecer encomendado pela Presidência, que os bancos estatais possam usar recursos de fundos de participação como garantias desses empréstimos, o que é alvo de críticas da equipe econômica.

O Banco Central aprovou as operações, mas exigiu que, para fazer empréstimos tendo os fundos como garantia, os bancos devam reservar mais capital próprio a cada desembolso, uma trava para liberações da Caixa.

Em sua primeira entrevista coletiva, Guardia foi questionado sobre a capacidade de aprovar no Congresso medidas de ajuste fiscal e eficiência com a proximidade das eleições. O ministro negou ser alvo de pressões.

“Não tem nenhuma pressão política aqui, nem antes, na secretaria executiva, nem depois”, afirmou. “Minha vida no setor público não começou hoje. Ao longo de toda a minha carreira tive uma alteração grande com o Poder Legislativo”, disse.

LINHA-DURA

De perfil técnico, o novo ministro foi indicado pelo antecessor, Henrique Meirelles. Nesta quarta (11), Guardia disse que a equipe seguirá a mesma e anunciou que a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, será alçada a secretária-executiva. Com isso, o sinal é de um comando linha-dura na Fazenda.

A frente do Tesouro, Vescovi comandou um corte no ritmo de endividamento dos estados, que vinha em ritmo crescente na gestão Dilma Rousseff. Criou regras mais rígidas para novos empréstimos e negociou, durante meses, o regime de recuperação fiscal, uma espécie de lei de falências para os estados.

O novo responsável pelo Tesouro, disse Guardia, será anunciado até o fim da semana. O número dois, Otávio Ladeira, é cotado para a função.

Vescovi afirmou que segue na presidência do conselho de administração da Caixa, onde comandou a implantação de regras de governança.

A ambição de Guardia é avançar dois projetos no Congresso nos oito meses que comandará a Fazenda, um de simplificação tributária do PIS/Cofins e outro de privatização da Eletrobrás.

O ministro lembrou que a aprovação da lei tem que se dar ainda neste semestre, já que o aumento de capital da Eletrobrás e a consequente venda de ações no mercado dependem do aval do conselho de acionistas da estatal.

“Há todo um processo que tem que chegar à assembleia de acionistas. Antes tem de aprovar a lei em tramitação no Congresso. Essa lei tem que ser aprovada neste semestre para que o cronograma seja factível, e a operação, realizada ainda em 2018.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: Falta combinar

Nas entrelinhas

A reestruturação da equipe ministerial, com a substituição dos ministros que se desincompatibilizaram para disputar as eleições, desorganizou a base do governo Temer na Câmara, ainda mais porque o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não esconde de ninguém o desconforto com a indicação de **Moreira Franco para o Ministério de Minas e Energia**. Soma-se a isso o descontentamento da bancada mineira, que não aceita de jeito nenhum a privatização de Furnas, uma das subsidiárias da Eletrobrás.

O clima na Câmara, após o troca-troca de partidos, é de descompromisso com a agenda do Palácio do Planalto, não somente em relação à privatização da Eletrobrás, uma prioridade para o governo. “Aqui só passa o que for consensual”, garante o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG), vice-presidente da Câmara, um dos insatisfeitos com a reforma ministerial. A agenda subiu no telhado, ainda mais porque o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, não tem o mesmo trânsito nem as mesmas motivações de seu antecessor, Henrique Meirelles, que se filiou ao MDB e também pleiteia a vaga de candidato a presidente da República.

Como as reformas da Previdência e tributária, a agenda microeconômica, cujo objetivo é melhorar o ambiente de negócios, encalhou. Autonomia do Banco Central; marco legal de licitações e contratos; nova lei de finanças públicas; regulamentação do teto remuneratório; reforço das agências reguladoras; depósitos voluntários do Banco Central; redução da desoneração da folha; programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais; cadastro positivo; atualização da Lei Geral de Telecomunicações; e extinção do Fundo Soberano — nada disso anda na Câmara.

O governo Temer passa por um momento de inflexão, que frustra as suas próprias expectativas. Os resultados obtidos pela política econômica, principalmente em relação à inflação e à recessão, entre os quais destaca-se a redução da taxa de 6,5% (Selic), não proporcionaram uma melhoria significativa da avaliação do governo. A expectativa era tanta que o próprio presidente da República avançou três casas e se lançou candidato à reeleição. Faltou combinar com os desempregados e a bancada governista.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel e Hamilton Ferrari

Título: Guardia quer ajuste em limite para dívida

O novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu a convergência do teto de gastos públicos, que limita o crescimento das despesas à variação da inflação, com a regra de ouro do Orçamento, que impede a União de emitir títulos da dívida para cobrir gastos correntes, como salários. Durante cerimônia de transmissão de cargo, ele destacou como prioridades temas espinhosos que precisará negociar com o Congresso Nacional.

Uma das prioridades do ministro será a privatização da Eletrobrás, proposta que tem tido dificuldade para tramitar no Legislativo. De acordo com Guardia, o projeto de lei para a desestatização da empresa precisa ser aprovado até junho para que o processo possa ser concluído ainda este ano. Outro tema que receberá atenção especial da nova gestão da Fazenda é a simplificação das regras do PIS/Cofins e do ICMS.

Segundo o novo ministro, o projeto de lei do PIS/Cofins “está quase pronto” para ser apresentado ao presidente Michel Temer e, em seguida, encaminhado ao Congresso. “Queremos simplificar a tributação e reduzir o custo e o litígio”, afirmou. Guardia avisou, porém, que as mudanças não terão o mesmo efeito para todos os contribuintes. Embora a carga do tributo deva ser mantida em termos agregados, alguns setores passarão a pagar mais, enquanto outros terão a taxa reduzida. “É esse debate que precisamos enfrentar de forma transparente”, disse.

No caso do ICMS, que é cobrado de forma diferenciada nos 27 entes da Federação, a maioria dos estados passa por dificuldades financeiras e, por isso, a negociação pode ser mais complicada. “A regra é simplificar e padronizar os procedimentos e alíquotas entre os estados, mas haverá compensações”, disse Guardia, ao lado da nova secretária executiva da pasta, Ana Paula Vescovi, que respondia pela Secretaria do Tesouro Nacional. O substituto dela no Tesouro ainda não foi definido.

O novo ministro disse ainda que a revisão do contrato de cessão onerosa do pré-sal entre o governo e a Petrobras é outra prioridade. Segundo especialistas, um acordo poderá ser a salvação da lavoura para as contas públicas, porque pode render até R\$ 80 bilhões para a União. Mas muitos nem contam com um desfecho neste ano. Para Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, será muito difícil que o governo consiga emplacar medidas espinhosas no Congresso até o fim do ano, com Copa do Mundo e eleições no meio do caminho. “No máximo, a nova equipe aprovará projetos mais consensuais, como a independência do Banco Central”, avaliou.

O governo tem até amanhã para encaminhar ao Legislativo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, com a meta fiscal do próximo ano. A previsão é que lei preveja deficit primário de até R\$ 139 bilhões, repetindo os saldos negativos que se verificam desde 2014. Além disso, Guardia reconheceu que o governo pode não cumprir a regra de ouro em 2019. Por isso, quando enviar ao Congresso a proposta orçamentária do próximo ano, o Executivo deve sugerir um projeto de “convergência” da regra com o teto de gastos.

Saia justa

Dois episódios constrangedores alimentaram os rumores sobre as rusgas entre as equipes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Ontem, na cerimônia de transmissão de cargo de ministro da Fazenda, o ex-titular do Planejamento Dyogo Oliveira caminhava em direção à mesa para ocupar uma das cadeiras quando ela foi subitamente retirada por um auxiliar. O fato provocou risos.

Na véspera, Guardia não compareceu à transmissão de cargo de Oliveira para o novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago. O titular da Fazenda alegou que “estava dando uma entrevista” e disse que ligou para Colnago para se explicar. “As equipes do Planejamento e da Fazenda estão alinhadas e trabalham muito bem juntas”, garantiu.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Decreto para Eletrobrás

Em cerimônia de transferência de cargo, **o novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, anunciou que o presidente Michel Temer deve publicar hoje um decreto que inclui a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND). Ele disse que deixar de privatizar a estatal seria “negligência” com os recursos públicos. Criticado pelo mercado por assumir a pasta, ele fez questão

de afirmar que dará continuidade às políticas adotadas e que a equipe do ministério se manterá trabalhando e “dando resultados”.

Moreira Franco anunciou também que o secretário de Mineração, Geologia e Transformação Mineral, Vicente Humberto Lôbo Cruz, voltou atrás e não deixará o ministério, como fez o secretário executivo Paulo Pedrosa. A divulgação da saída dele e da chegada de Franco derrubou as ações da Eletrobrás em mais de 9% na última sexta-feira. Márcio Félix será o substituto de Pedrosa.

O novo ministro reconhece que será difícil aprovar a privatização da Eletrobrás. “Sabemos da dificuldade, mas haveremos de ganhar essa batalha de compreensão (com a sociedade), porque eu sempre acredito que a aritmética é mais forte que a ideologia”, disse. Coelho Filho disse, em seu discurso, que vai para o Congresso lutar pela “agenda” do governo, incluindo a desestatização da empresa.

Ontem, em reunião da comissão especial que analisa o projeto de privatização, o deputado Hugo Motta (PRB-PB), que é presidente da comissão, tentou chegar a um acordo com os parlamentares da oposição, mas não obteve sucesso e a sessão foi suspensa. Motta disse que, se os requerimentos não forem votados, pedirá ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que leve a proposta para o plenário da Casa. Seria necessária a aprovação de um requerimento de urgência no Plenário, com a assinatura de, pelo menos, 257 deputados. **(HF)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Fabio Graner | De Brasília

Título: Cessão onerosa e desestatização da Eletrobras são prioridades, diz ministro

Um acordo entre União e Petrobras em torno da revisão do contrato de cessão onerosa é visto como uma das prioridades neste ano pelo novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Segundo ele, o objetivo da medida é preservar interesses da União e também respeitar os acionistas minoritários.

Guardia reconheceu que a revisão passa por "complexa negociação" por precisar respeitar tanto interesses do país como dos acionistas da empresa. Mas disse estar "seguro" que o governo encontrará uma solução.

"A revisão desse contrato permitirá um importante leilão de excedente do pré-sal, tendo potencial de atrair recursos importantes ao governo, e uma extraordinária oportunidade para atrair investimentos", disse. Ele disse que a

Fazenda continuará a trabalhar com o **Ministério de Minas e Energia**, o Planejamento e a Petrobras em busca do entendimento.

Por meio do contrato de 2010, a Petrobras adquiriu direitos para explorar até 5 bilhões de barris no pré-sal por 40 anos pagando R\$ 75 bilhões na época. O modelo foi criado para levantar recursos ao governo e permitir uma capitalização da empresa sem perda de participação estatal. Mas a Petrobras entende que deve ser ressarcida por conta da queda no preço do barril do petróleo desde que o contrato foi firmado. Caso ganhe a tese, a empresa pode ser ressarcida por meio de barris da área excedente descoberta posteriormente no pré-sal - que também podem, paralelamente, serem leiloados.

Outra estatal acompanhada de perto pelo mercado em meio às mudanças ministeriais é a Eletrobrás. Guardia assegurou que a desestatização dela também terá prioridade. "É uma operação com enorme impacto positivo para o mercado de capitais, uma vez que desestatização será por oferta primária com diminuição da União", disse o ministro, ressaltando que a ideia é dar celeridade e reforçar a articulação para que o projeto seja aprovado e permita a operação de venda ainda neste ano.

Ainda sobre estatais, Guardia defendeu que bancos públicos tenham "política de crédito consistente" com diretrizes do Banco Central (BC), com "administração profissional e alocação eficiente".

Questionado sobre o Rota 2030, que prevê incentivos ao setor automotivo, Guardia comentou em tom de crítica. "Temos que olhar qualquer incentivo fiscal com muito critério", disse ele, apontando excesso de "gastos tributários", os incentivos fiscais. "Acho que o Rota 2030 é apenas uma pequena parte desse problema".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Moreira assume e publica decreto que põe estatal no programa de privatização

O novo ministro de Minas e Energia, **Moreira Franco**, anunciou ontem que deve ser publicado hoje, no "Diário Oficial da União", o decreto que coloca a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND). Isso formaliza o início do processo de privatização da companhia com a contratação dos estudos. O decreto será o primeiro ato do novo ministro frente à pasta. A publicação é aguardada desde o fim de dezembro do ano passado, quando saiu a Medida Provisória 814 que abriu caminho para a tomada dessa decisão.

O anúncio de Moreira Franco sobre o decreto foi feito durante o seu discurso na cerimônia de transmissão de cargo. A solenidade contou com as presenças dos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Eduardo Guardia (Fazenda), Esteves Colnago (Planejamento), Raul Jungmann (Segurança Pública) e Vinicius Lummertz Silva (Turismo).

Moreira Franco, que enfrentou desconfiança do mercado ao ser indicado para o cargo, disse que recebeu a missão do presidente Michel Temer de "continuar a política exitosa que tem dado resultados surpreendentes" na economia. "Com muito orgulho, nosso governo permitiu que saíssemos da mais grave crise econômica já enfrentada pelo país", afirmou.

Segundo ele, os setores vinculados ao ministério foram os que sofreram as consequências "mais graves da deformação ideológica" da gestão anterior, que apostou na criação de subsídios para gerar crescimento. "É fundamental valorizarmos segurança jurídica, previsibilidade e concorrência", destacou.

O novo ministro aproveitou a solenidade para confirmar alguns nomes que assumirão as secretarias da pasta. A surpresa foi o anúncio da permanência do secretário de geologia e mineração, Vicente Lôbo, que havia pedido demissão e chegou a ter sua exoneração publicada no "Diário Oficial da União". Ele voltou atrás depois de seguidos apelos de Moreira.

O novo secretário de petróleo e gás vai ser João Vicente Vieira, que já trabalhava na equipe e era subordinado ao engenheiro Márcio Félix Bezerra, promovido a secretário-executivo.

Os outros dois secretários foram mantidos: Fábio Lopes (energia elétrica) e Eduardo Azevedo (planejamento energético). "Essa equipe será comandada no espírito de continuidade", disse.

Ainda não foi anunciada a reposição de Luiz Augusto Barroso na presidência da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Fórum pede ajustes no setor elétrico

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) encaminhou ontem carta ao novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, pedindo que, "independentemente do cenário político", mantenha a proposta de reforma do setor elétrico como "prioridade e urgência".

Assinada pelo presidente do Fórum, Mário Menel, o documento destaca que os ajustes do modelo do setor elétrico estão focados em "mudanças estruturais que visam à segurança jurídica, à estabilidade das regras, ao resgate do bom ambiente de negócios para os investidores nacionais e estrangeiros, bem como à prestação de serviço de qualidade e com preços adequados para todos os consumidores de energia do país".

O Fase diz que os aperfeiçoamentos no marco do setor elétrico foram "amplamente discutidos por todos os interessados ao longo dos últimos 20 meses" e que as propostas representam solução para a judicialização do risco hidrológico, "que vem impactando fortemente o mercado". O grupo destaca que o Ministério de Minas e Energia hoje é um dos três mais importantes da Esplanada, dado o potencial de geração de receitas para o Tesouro Nacional, por meio de novos leilões de energia e/ou pela desestatização da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP aprova regras que flexibilizam política de conteúdo local para empresas petrolíferas

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) aprovou ontem as novas regras que flexibilizam a política de conteúdo local. A regulamentação do 'waiver' [pedido de perdão pelo não cumprimento dos compromissos de nacionalização] abre a possibilidade de que percentuais mais baixos sejam aplicados aos contratos vigentes.

As petroleiras terão duas opções: manter as condições dos atuais contratos, com a garantia de recorrer ao waiver para obtenção de eventual perdão; ou poderão celebrar um aditivo contratual, sujeitando-se aos novos percentuais de conteúdo local, mais baixos do que aqueles fixados nos contratos originais, desde que abram mão do direito de solicitar o waiver.

Os pedidos são aplicáveis para casos de inexistência de fornecedor nacional, preço ou prazo excessivos, ou nova tecnologia, e devem ser submetidos a consulta pública - período em que a indústria fornecedora pode contestar a inexistência de similares nacionais.

A ANP definiu, para áreas terrestres, um percentual de conteúdo local de 50% para as fases de exploração e desenvolvimento. Já para projetos em mar, os índices foram fixados em 18% para a fase de exploração, 25% para construção de poços; 40% para coleta e escoamento; e 40% para engenharia, máquinas e equipamentos e construção, integração e montagem de plataformas.

Inicialmente, a proposta da ANP era reduzir os índices de conteúdo local das plataformas para 25%, mas a agência decidiu rever o percentual para 40%, em meio à pressão da indústria nacional por índices de conteúdo local maiores.

Para a 4ª rodada de partilha, de junho, contudo, valerá o índice de 25%. Esta semana, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, viajou para Londres, para divulgar as oportunidades de negócios no Brasil para investidores internacionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Com preços em alta, arrecadação do setor com royalties sobe 23% no primeiro trimestre

A arrecadação de royalties sobre a produção de petróleo e gás cresceu 23% no primeiro trimestre deste ano, ante igual período do ano passado. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as receitas petrolíferas totalizaram R\$ 4,927 bilhões nos três primeiros meses de 2018.

Da arrecadação total, os municípios ficaram com R\$ 1,679 bilhão, os Estados com R\$ 1,401 bilhão e a União com R\$ 1,410 bilhão.

Maior beneficiário, o Estado do Rio de Janeiro viu sua arrecadação subir 25,8%, para R\$ 868 milhões no primeiro trimestre. O Espírito Santo foi o segundo maior destino das receitas da produção do petróleo, com R\$ 188 milhões - alta de 11%. Alavancado pelo aumento da produção no pré-sal da Bacia de Santos, o Estado de São Paulo, por sua vez, teve suas receitas elevadas em 36%, para R\$ 165 milhões nos três primeiros meses do ano.

Já entre os municípios, destaque para as cidades fluminenses de Macaé (R\$ 128 milhões), Maricá (R\$ 106 milhões), Campos dos Goytacazes (R\$ 104 milhões) e Niterói (R\$ 93 milhões). A ANP, contudo, ainda não contabilizou as receitas com participações especiais (compensação financeira paga pelos campos mais relevantes), que tendem a beneficiar sobretudo as cidades de Maricá e Niterói, os "novos ricos do petróleo", cujas receitas estão atreladas ao campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos, o maior produtor do país.

O aumento das receitas com royalties foi puxado no primeiro trimestre, sobretudo, pela elevação dos preços do petróleo. Segundo os dados da ANP, a cotação média do barril no período foi de US\$ 65, o que representa um aumento de 27% ante o primeiro trimestre de 2017.

Essa valorização dos preços internacionais compensou a queda da produção de óleo e gás no início do ano. Embora a produção nacional venha crescendo ano após ano, os volumes produzidos no país começaram 2018 com uma queda de 1,4% no primeiro bimestre, ante igual período do ano passado.

A arrecadação maior no início do ano confirma as projeções de crescimento das receitas petrolíferas. O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima que a receita dos royalties e participações especiais deve subir 20% este ano, para R\$ 36,47 bilhões, mantendo a trajetória de crescimento iniciada em 2017, em meio ao cenário mais favorável nos preços no mercado internacional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Roberto Pereira D'Araujo

Título: Mais uma aventura elétrica

No meio do turbilhão de notícias que despencam sobre a sociedade brasileira fica muito difícil chamar a atenção para um novo risco que está por vir atrás das nossas já confusas tomadas. Eletricidade é obtida pela transformação do movimento de turbinas, sejam elas hidráulicas, térmicas ou eólicas, em corrente elétrica transmitida por fios até o consumidor. Chega a ser inacreditável que, no Brasil, essa tecnologia do final do século XIX tenha se convertido num sistema complexo, instável e cujos resultados são tarifas exorbitantes e insistentemente crescentes.

Quem acompanha as tarifas brasileiras leva um susto quando faz as contas e percebe que a indústria sofreu um aumento de 130% acima da inflação desde a primeira reforma do setor em 1995. Essa "vítima" é justamente a pequena fábrica que gera empregos nas cidades e não tem porte para migrar para o mercado livre. Não é a toa que parte dessas empresas está buscando abrigo no Paraguai, unido com energia barata de Itaipu.

Os erros são muitos e praticados por governos de todas as tendências políticas. A origem está no desprezo pela nossa geografia e pelo espaço que ocupamos nesse planeta Terra. Se por alguns momentos esquecermos as teorias econômicas e dermos uma olhada em questões simples, talvez possamos entender porque, hoje, o Brasil tem um setor elétrico duas vezes mais caro do que seus semelhantes hidrelétricos, Noruega e Canadá.

Quadro é devastador, com tarifas crescentes, reservatórios que não enchem desde 2012, apagões e judicialização

O Brasil é um país de grande latitude num pedaço tropical do planeta. Temos mais de 4.000 km entre os extremos Norte e Sul. Essa extensão representa 20% da distância entre os polos terrestres. Como se não bastasse, entre Leste e Oeste também temos mais de 4.000 km. Como grande parte da nossa eletricidade vem de usinas hidrelétricas, é evidente que, devido às variações climáticas, temos um grande diferencial de outros sistemas.

Construímos um sistema de transmissão que se estende de Norte a Sul e de Leste a Oeste para aproveitar essas diferenças. Isso faz com que todos nós, consumidores, sejamos clientes do mesmo sistema com grandes vantagens.

Ao observar os dados do ONS sobre intercâmbio de energia entre regiões dá para perceber que até 40% do consumo da região Sul já foi atendido por energia gerada no Sudeste. Da mesma maneira, em muitos outros momentos, 10% do consumo do Sudeste foi atendido por energia gerada no Sul. Como o consumo no Sudeste é quatro vezes maior do que o do Sul, é como se uma grande usina hidrelétrica trafegasse pelas linhas para suprir diferenças climáticas a 2.000 km de distância.

Além disso, cerca de $\frac{1}{4}$ do consumo do Nordeste é atendido por geração realizada na região Norte quase todos os anos. Infelizmente, dada a nossa complacência, o rio São Francisco parece estar morrendo e nos avisa há mais de 15 anos. Mas é bom não esquecer que seus reservatórios representam cerca de 18% da reserva total do sistema. Assim, seus esvaziamentos tem efeito sobre o sistema como um todo e não apenas no Nordeste.

O que estou tentando mostrar é que, se há algo variável no sistema, são as gerações das usinas, sejam hidráulicas, eólicas e, por consequência as térmicas. Essa variabilidade não é fruto apenas do clima, mas também das decisões do operador nacional do sistema que decide sem relação com as relações comerciais. Portanto, o imaginário de consumidores que "escolhem" seus fornecedores de kWh é absolutamente falso no sistema brasileiro. Se fosse verdade, as usinas térmicas estariam banidas do nosso sistema, pois em anos chuvosos faliriam sem vender energia.

Apesar dessa característica "holística", o Brasil resolveu adotar um mimetismo de sistemas térmicos. Disfarçando a variabilidade das gerações e o caráter cooperativo do sistema, resolveu-se "individualizar" a energia por usina. Assim, usinas hidráulicas e térmicas passaram a ostentar um subjetivo valor fixo (Garantia Física), como se a água de um clima tropical pudesse ser tratada como o "combustível" estocado.

Sempre culpando São Pedro, hoje há usinas que geram tão abaixo desse certificado que, mesmo com a ajuda das outras que geram acima, o "clube" das

hidráulicas está em débito. Temos o absurdo de esperar que dono da usina, que não controla a sua geração, tenha a obrigação de avaliar o "risco hidrológico". Ora, até questões climáticas de ordem planetária estão envolvidas nesse dilema. Se há alguém que possa gerir esse problema certamente não é a usina individualizada.

Esse mimetismo e fragmentação é o que está gerando os problemas do setor. Assim como se produz déficit bilionário nas hidráulicas, quando o inverso ocorre o saldo é liquidado por valores muito baixos e, por erro estrutural, essa vantagem só é capturada no mercado livre. Durante quase 10 anos, em função da queda de consumo pós-acionamento e alguns anos hidrológicos acima da média, o mercado livre teve preços de referência muito abaixo dos preços do mercado cativo. Quantas usinas foram construídas para atender esse nicho? Nenhuma. O consumidor cativo, além de pagar tarifas muito mais altas, ainda foi o responsável pelos contratos com novas usinas.

Um mercado livre que não induz novas usinas, o que fazer? Fácil! Parcerias com a Eletrobrás minoritária para tentar animar o setor privado. Tarifas explosivas? Fácil! Sem diagnóstico, concentrar a culpa nas usinas antigas da Eletrobrás. Apesar do consumidor pagar no entorno de R\$ 40/MWh, as receitas próprias das usinas não chegam a um quarto desse valor, certamente um recorde de tarifa baixa. Resultado? Fragilização da Eletrobrás e um presente de grego para os consumidores, pois as usinas "baratinhas" também não conseguem gerar sua garantia e a diferença tem que ser paga com energia térmica pelos consumidores.

Chega a ser ridículo ler artigos que elogiam o interesse de investidores no sistema de transmissão sem perceber que, se fosse exigido do dono da linha estimar "um risco da corrente" que passa no seu fio, teríamos exatamente a confusão que ocorre no nosso modelo "fake" mercantil.

O quadro geral é devastador. Tarifas crescentes, reservatórios que não enchem desde 2012, apagões de metade do país, uma empresa pública ameaçada de privatização, judicialização de grande parte das relações comerciais e, para completar, por medida provisória, mais uma aventura mercantil que vai aprofundar o individualismo que nos levou a essa situação. Nada é tão ruim que não possa piorar.

Roberto Pereira D'Araujo é diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Petróleo sobe com tensão geopolítica**

Descolado dos fundamentos econômicos que o guiavam até então, de oferta e demanda mundial, o petróleo disparou nos últimos dias puxado pelas tensões geopolíticas. Antes o Estados Unidos aparecia como fiel da balança, pressionando os preços por conta do avanço das produtoras do xisto e, agora, também é o denominador comum: as medidas de Donald Trump são apontadas como a causa desse movimento de valorização.

Até ontem, durante abril, o segundo contrato do barril do Brent, referência mundial, sobe 3,1% na ICE Futures de Londres, para US\$ 71,46, enquanto o WTI avança 2,9% na Nymex, de Nova York, para US\$ 66,74. Se for levado em conta apenas os últimos três dias de negócios, a alta é bem mais intensa, de 7,2% e 7,5%, respectivamente.

"Como analistas que tratam primordialmente de oferta e demanda, estamos desconfortáveis com o movimento de agora porque os dados estão dominados por política", ressalta o banco alemão Commerzbank, em nota. "Os holofotes estão sobre o provável ataque militar do Ocidente ao regime sírio. O risco não só de um contra-ataque da Rússia como de uma postura mais ativa dos Estados Unidos no Oriente Médio impulsionam os preços."

Há alguns anos o petróleo americano vem ganhando protagonismo no mercado. Primeiro, com os custos cada vez menores de exploração no xisto, que incentivaram o aumento da produção local - culminando na superação do recorde histórico de 10 milhões de barris por dia na virada de 2017 para 2018 - e ajudaram a derrubar a cotação do barril. Mas, recentemente, observa-se o protecionismo de Trump e suas ameaças geopolíticas.

Em um horizonte mais longo, contando desde o fim de fevereiro, o Brent tem ganhos de 10,4% e o WTI, de 8,6%. No ano, a alta é de 7,6% e 10,4%, respectivamente.

"Analisando a magnitude desse repique nos preços durante as últimas semanas, acreditamos que o mercado esteja muito mais influenciado pelas mudanças de sentimento do que por fundamentos econômicos de longo prazo", escreve Norbert Rücker, do banco suíço Julius Baer, em relatório. Para ele, o sentimento tem sido pendular, variando de otimista para pessimista em ciclos muito mais curtos, de meses, que no passado durariam muito mais.

A corretora australiana ANZ Research ressalta também outro risco geopolítico para o petróleo: o acordo nuclear do Irã. A chance de Trump negar a assinatura em 12 de maio está cada vez maior, diz a instituição. "Quase 1 milhão de barris por dia de petróleo pode ficar fora do mercado internacional", acrescenta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras reajusta

A Petrobras elevou em 1,98% o preço do diesel e em 0,80% o valor da gasolina comercializados nas refinarias. Os reajustes valem a partir de hoje. Segundo a empresa, o preço do diesel A nas refinarias passará de R\$ 1,9169 por litro para R\$ 1,9549 - o que conduzirá a um aumento de 1,98%. Já o preço da gasolina A nas refinarias passará de R\$ 1,6833 para R\$ 1,6968, uma alta de 0,80%. A Petrobras adota novo formato na política de ajuste de preços desde julho do ano passado. Pela nova metodologia, os reajustes ocorrem com maior frequência, inclusive diariamente. Em março, a empresa mudou sua forma de anunciar reajustes, e passou a divulgar os preços do litro da gasolina e do diesel vendidos pela companhia nas refinarias, e não mais os percentuais de reajuste. Desde o início da nova metodologia o preço da gasolina comercializada nas refinarias acumula alta de 29,21% e o do diesel, valorização de 31,38%.

Santo Antonio Energia

A Santo Antonio Energia, concessionária da hidrelétrica de mesmo nome localizada no Rio Madeira (RO), informou que a Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou ontem um projeto de lei que vai, segundo a companhia, permitir que a usina recupere grande parte da sua garantia física. O projeto de lei prevê a "desafetação" de unidades de conservação estaduais, questão fundamental para que o Ibama dê a licença para que Santo Antonio possa elevar a cota de seu reservatório e aumentar a garantia física disponível. Além disso, a companhia informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) restabeleceu na terça-feira os efeitos de uma decisão que tinha sido proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2016, que suspendia decisões favoráveis à concessionária em relação à apuração do fator de indisponibilidade da usina. O fator de indisponibilidade é um mecanismo que exige a disponibilidade das máquinas de uma usina por um certo período.

CSN X Usiminas

A CSN não poderá participar da assembleia geral ordinária da Usiminas, decidiu ontem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A CSN tentava reverter decisão da própria autoridade antitruste, que suspende os direitos políticos da empresa na Usiminas. Não é a primeira vez que a autarquia toma essa decisão. Desde o acordo com o Cade, a CSN vem tentando obter decisões para poder participar das assembleias, mas os pedidos são geralmente negados.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Braskem renova conselho e tem reação de minoritário**

Os acionistas da Braskem elegem no dia 30 um novo conselho de administração, que marcará a renovação de todos os titulares do colegiado desde o início da Operação Lava-Jato. A eleição, porém, opôs a petroquímica controlada pela Odebrecht e pela Petrobras e um grupo de minoritários, liderados pelo empresário Lirio Parisotto, que tentam ficar com um dos 11 assentos do conselho.

A queixa dos minoritários, levada na segunda-feira à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), se deve à não inclusão do nome de seus candidatos ao conselho fiscal e ao conselho de administração, Charles Renne Lebarbenchon e Walter Luis Bernandes Albertoni, respectivamente, no boletim de voto à distância. O primeiro representante tenta a reeleição como conselheiro fiscal.

A Braskem acatou parcialmente a queixa e reapresentou o boletim na terça-feira, com o nome de Lebarbenchon. Mas a candidatura de Albertoni, que é vinculado ao fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, não foi contemplada. A empresa alega que a ligação dele com a Petros inviabiliza sua indicação e diz embasar a decisão em entendimentos anteriores da CVM, que sustentam a tese de que a Petros não poderia participar de votações em separado à eleição de integrantes do conselho administrativo devido sua relação com acionista controlador - a Petrobras. Para os minoritários, a justificativa não passa de um subterfúgio.

A Braskem informou que "agiu de acordo com as regras estabelecidas pela Lei das S/A e pela CVM no que tange à inclusão de candidatos no boletim de voto à distância, tendo cumprido todos os prazos e procedimentos ali previstos".

A indicação de Albertoni será avaliada caso os 11 nomes indicados por Odebrecht e Petrobras não sejam eleitos integralmente e se uma votação em

separado for requisitada. Pode ocorrer votação em separado de membros do conselho caso seja requisitada por acionistas titulares de ações ordinárias que representem, no mínimo, 15% do total de ações com direito a voto ou por acionistas titulares de ações preferenciais com mínimo de 10% do capital do total.

Depois do envolvimento na Lava-Jato, a Braskem adotou uma série de medidas relacionadas à governança e ampliou o número de conselheiros independentes. Hoje, dos 11 assentos, seis são ocupados por nomes que não estão diretamente relacionados aos acionistas, Antes eram dois. Pela configuração atual, são três da Odebrecht, dois da Petrobras e seis membros independentes, sem um assento para os acionistas minoritários.

Entre os nomes, há uma novidade comparado com 2016, quando a empresa começou a renovar o colegiado após a Lava-Jato. É Rodrigo Seabra Monteiro Salles, responsável por contencioso estratégico e governança na Odebrecht e que nunca foi conselheiro da Braskem. Newton de Souza, atual presidente, não consta na lista de Odebrecht e Petrobras. Os demais ou já foram efetivos no colegiado antes de meados de 2015 ou eram suplentes. **(Colaborou Ivan Ryngelblum)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Ceron amplia inadimplência na CCEE

A Ceron, distribuidora de Rondônia controlada pela Eletrobrás e que deve ser privatizada em maio, foi responsável por 75% da inadimplência "real" apurada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) na liquidação do mercado de curto prazo de fevereiro, concluída na terça-feira. O **Valor** apurou que a distribuidora deixou de pagar R\$ 622 milhões na operação. A CEB, distribuidora de Brasília, deixou de pagar outros cerca de R\$ 200 milhões.

A ideia do governo, no caso da Ceron, é utilizar créditos que a distribuidora tem a receber com a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para quitar a dívida, para não prejudicar o processo de privatização. O **Valor** apurou que executivos da Eletrobrás estão discutindo com BNDES e com Aneel como isso vai ser tratado no edital da venda da concessionária. A agência precisa homologar os créditos, da ordem de R\$ 1,6 bilhão, antes que sejam utilizados.

Se a dívida não tiver sido paga, em teoria, o edital precisaria prever mais esse passivo, o que tornaria o investimento na Ceron menos interessante, e poderia colocar em risco a venda da distribuidora.

Na terça-feira, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, disse que o edital de privatização das distribuidoras deve ser publicado perto do dia 20 de abril. Nesse caso, a companhia teria até a próxima semana para equacionar o caso com o regulador.

Segundo uma fonte próxima da situação, um obstáculo para essa transação é que, legalmente, a Aneel não pode equalizar dívida de uma natureza com créditos de outra origem, a menos que a própria companhia concorde. Seria preciso assinar um acordo de cessão dos créditos à CCEE.

A liquidação do mercado de curto prazo de fevereiro foi concluída com inadimplência de 89,8%, movimentando R\$ 830 milhões dos R\$ 8,14 bilhões contabilizados. Do total não pago, R\$ 6,09 bilhões se referem às liminares relacionadas ao risco hidrológico, montante congelado desde o começo do ano por decisão judicial.

A inadimplência "real", não relacionada a decisões judiciais ou parcelamento de dívidas, somou R\$ 822 milhões, acima dos R\$ 620 milhões de janeiro. Assim como a Ceron, a CEB está inadimplente há algum tempo. A situação da distribuidora de Brasília é diferente, pois é reflexo do descasamento de caixa. A empresa teve despesas inesperadas em 2017 que não foram cobertas pela tarifa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Recuperação da indústria mineira impulsiona lucro da estatal Gasmig

Impulsionada pela recuperação do consumo de gás natural pela indústria de Minas Gerais, principalmente o setor de siderurgia, a Gasmig, distribuidora de gás controlada pela Cemig, obteve forte melhora em seus resultados de 2017, e espera que a recuperação continue em 2018.

O lucro líquido da companhia subiu 53% ano passado, para R\$ 149 milhões. Em entrevista ao **Valor**, o presidente da estatal, Pedro Magalhães, disse que a expectativa é chegar a um lucro líquido de R\$ 200 milhões neste ano.

A receita líquida subiu 22,5%, para R\$ 1,4 bilhão, devido ao aumento de 12,7% no volume de gás distribuído, além do aumento médio de 7,8% nas tarifas. O faturamento bruto chegou a R\$ 1,77 bilhão, alta de 11%. Segundo Magalhães, a expectativa é chegar a um faturamento bruto de R\$ 2,2 bilhões neste ano.

Além do aumento da receita, o resultado também foi beneficiado pela redução de despesas operacionais. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 40% em 2017, para R\$ 271,1 milhões.

Desconsiderando o uso de gás natural fornecido para termelétricas, o volume distribuído cresceu 13% ano passado, para 957,5 milhões de metros cúbicos. A receita com distribuição de gás subiu 18%, para R\$ 1,54 bilhão. O segmento industrial continua representando, de longe, o maior volume distribuído, com alta de 13%, para 895,4 milhões de metros cúbicos.

O maior crescimento, em volume e faturamento, foi no segmento residencial, que ainda representa uma fatia muito pequena do total vendido. O volume teve alta de 238% ano passado, para 12,7 milhões de metros cúbicos, com receita de R\$ 12,2 milhões, alta de 267%.

Outro segmento que foi destaque foi o automotivo, resultado de ações de incentivo da Gasmig, apostando na recuperação do mercado de gás natural veicular (GNV) em Minas Gerais. O volume de gás distribuído nesse setor subiu 2%, para 33,3 milhões de metros cúbicos, com receita de R\$ 60,8 milhões, alta de 7%. De acordo com a companhia, os resultados demonstram uma trajetória oposta no mercado mineiro de GNV em comparação com o restante do país.

Segundo Magalhães, a tendência é que o aumento no consumo de gás natural se mantenha neste ano. Dados preliminares do primeiro trimestre de 2018 apontam alta de 20% no consumo, saindo de uma média diária de 2,2 milhões de metros cúbicos para 2,64 milhões de metros cúbicos.

"Apostamos na recuperação da indústria, e estamos buscando outros clientes", disse Magalhães. Ano passado, o número de consumidores industriais caiu, saindo de 112 para 107. Segundo o presidente da Gasmig, o foco é em empresas que utilizem outro tipo de fonte para gerar energia, como algumas que importam carvão ou utilizam óleo diesel. "Trabalhamos muito para puxar para o gás natural", disse.

No segmento residencial, o número de consumidores dobrou, saindo de 15 mil em 2016 para 30,6 mil ano passado. "Queremos migrar outras 30 mil residências neste ano, estamos indo a outras cidades", disse Magalhães. A ideia é sair da região metropolitana de Belo Horizonte para chegar aos 60 mil consumidores residenciais.

A companhia vai iniciar atividades em Juiz de Fora, com atuação no centro e em três bairros, e também em Poços de Caldas. Uberaba e Uberlândia também são alvos para a Gasmig.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Cemig tem 3 projetos para usinas térmicas**

A estatal mineira Cemig está trabalhando, em parceria com sua controlada Gasmig, em projetos de três termelétricas a gás natural que ficarão em Minas Gerais, disse, em entrevista ao **Valor**, Pedro Magalhães, presidente da distribuidora de gás.

Segundo ele, duas das usinas já estão com os trâmites ambientais concluídos, e poderão ser cadastradas para o leilão de energia do tipo A-6, previsto para 31 de agosto. "Estamos indo à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) conversar sobre isso para saber se podemos colocar no leilão", afirmou Magalhães.

Uma das termelétricas com maior avanço no projeto deve ficar em Jacutinga, e terá 250 megawatts (MW) de potência. A outra que também pode participar do leilão terá 300 MW, no município de Poços de Caldas. O terceiro projeto, que ainda está sendo estruturado, seria uma termelétrica maior, de 1 gigawatt (GW) de potência, localizada em Queluzito.

O papel da Gasmig em todos os três projetos é apenas o de entregar o gás natural, que será comprado da Petrobras, como nos demais projetos de termelétricas fornecidos pela companhia estatal.

Em 2017, a companhia teve receita de R\$ 227,5 milhões com venda de gás para duas termelétricas, alta de 52%. O volume distribuído subiu 67%, para 361,6 milhões de metros cúbicos.

Outro projeto da Gasmig envolve a instalação de um terminal de gás natural liquefeito (GNL) em Belo Horizonte, onde o gás deve ser compactado, facilitando o transporte para outros municípios do estado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Neil Hume | Financial Times****Título: Rio Tinto defende sua política de remuneração dos executivos**

A mineradora anglo-australiana Rio Tinto defendeu ontem, durante assembleia de acionistas em Londres, sua política de remuneração e sua participação em grupos lobistas do setor. O novo presidente do conselho de administração do grupo, Simon Thompson, disse que a Rio Tinto está se concentrando mais na

segurança em seus pacotes de remuneração, introduzindo uma nova medida "binária" ao seu plano de bonificação de curto prazo a partir de 2018.

"Se houver uma única fatalidade em qualquer parte do grupo, o pagamento será zero", disse Thompson aos investidores na assembleia anual em Westminster.

Antes da assembleia, a Glass Lewis, consultoria que representa mais de 1.300 grandes investidores de todas as partes do mundo, aconselhou os acionistas a votarem contra o relatório de remuneração da Rio Tinto para 2017, em protesto contra a decisão da companhia de conceder bônus a executivos da cúpula num ano em que dois trabalhadores morreram.

Thompson, que se tornou presidente do conselho em março, também tratou das preocupações em torno da participação da Rio Tinto em associações setoriais como o Minerals Council of Australia (MCA), que apoia o uso de combustíveis fósseis.

A Rio Tinto foi duramente criticada em março por permitir aos acionistas australianos, mas não aos britânicos, votar moção exigindo que ela revelasse os pagamentos feitos a grupos lobistas desde 2012, e revisse suas posições de apoio para se certificar de que elas são consistentes com o apoio da companhia ao Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas.

Como resultado dessa decisão, o Church of England Pensions Board (CEPB), que tem US\$ 2 bilhões em recursos sob gestão, votou contra o relatório e a contabilidade da Rio Tinto, ontem, sob a alegação de que a companhia falhou em tratar todos os acionistas de maneira igual. Thompson disse que o CEPB, enquanto acionista britânico, estava "livre" para requisitar a resolução da Austrália para a assembleia de Londres. "Falamos com vocês e seus co-declarantes sobre o processo que vocês devem seguir."

A Rio Tinto tem uma estrutura de empresa de dupla listagem, o que significa que ela possui dois conjuntos de acionistas e tem suas ações listadas em dois mercados, o do Reino Unido e o da Austrália. Isso também significa duas assembleias anuais de acionistas. A reunião australiana será realizada no começo do mês que vem.

Sobre a participação da Rio Tinto em grupos como o MCA, Thompson disse que a companhia acredita que o "engajamento" no setor é o caminho a ser seguido. Ele afirmou que o sucesso dessa estratégia ficou demonstrado na política de energia recém-revista do MCA, que admitiu a importância das energias renováveis. A mineradora vendeu seu último ativo na área de carvão em março,

e agora se diferencia de seus pares como a única grande mineradora a não produzir esse combustível fóssil.

Em mais uma reviravolta, surgiu ontem a informação de que a Glass Lewis mudou seu aconselhamento antes da assembleia australiana da Rio Tinto e agora está orientando os acionistas a votarem contra a resolução da participação da companhia em grupos lobistas.

"Após publicação inicial desse relatório, a companhia fez uma divulgação mais reforçada destacando os princípios que removem sua participação em associações setoriais e seu envolvimento com essas organizações", disse Glass Lewis. "Acreditamos que isso demonstra e cumpre com alguns dos compromissos previamente demonstrados pela companhia de melhorar a transparência em relação à sua participação em associações setoriais."

MME / ASCOM .